

Hora de mudar

ESPANHA
CORREIO BRAZILENSE
Saúde Pública - 7. NOV 1996

O Sistema Único de Saúde (SUS) está na marca do pênalti. É ele o personagem central no episódio da demissão do ministro da Saúde, Adib Jatene. Jamais esteve em pauta a competência pessoal do ministro, profissional notável e homem íntegro. O que tornou inviável sua presença no governo Fernando Henrique foi sua insistência em salvar um modelo de saúde pública que o próprio presidente já questionou formalmente.

Há cerca de um mês, o presidente cobrou do ministro mais criatividade na condução dos problemas de sua pasta. Submeteu-o a uma comparação desfavorável com o ministro da Educação, Paulo Renato, que, na sua visão, está empenhado em transformar as estruturas do setor que dirige. Disse ainda que criar impostos ou pedir mais recursos ao presidente era fácil; o difícil é conceber novas idéias.

Desde então, sabia-se que a saída do ministro era questão decidida. Não pode, porém, ser vista — e tratada — apenas como mais um episódio administrativo de rotina. É preciso que sirva de ponto de partida para que se estabeleça debate conseqüente em torno da crise estrutural da saúde pública no Brasil.

Não basta nomear outro personagem, por mais expressivo e competente, sem que se saiba de antemão que reformas o governo cogita para o setor. O SUS não é inteiramente disfuncional. Seu objetivo básico, de

ampliar a rede de atendimento hospitalar ao público, não pode ser descartado. O desafio está em fazer com que isso não represente o sucateamento da rede pública, que resulta em aumento da despesa do Estado no setor, sem a contrapartida de melhoria do atendimento.

A jornada dupla, estabelecida pelo SUS, permite que um mesmo personagem assuma o papel de cliente e fornecedor. Imagine-se um chefe do setor de radiologia de um hospital público, responsável por equipamentos caros, que acumula, na vida privada, a função de proprietário de clínica de radiologia. Que interesse terá em manter em funcionamento o equipamento do hospital público se terá lucro com sua paralisia?

Esse é um dos pontos nevralgicos do SUS, que fez com que, nos últimos anos, o Estado tenha dispendido nada menos que 70% de seus recursos para saúde com a área privada, na subcontratação de serviços quase sempre ruins e nem sempre efetivamente prestados.

Quanto a isso, não há CPMF que dê jeito. A preocupação do ministro Jatene em saldar compromissos com a área privada e não permitir o colapso do setor é louvável, mas é insuficiente. É preciso mais. O desafio é promover ajustes no sistema de modo que, sem reduzir a universalidade do atendimento hospitalar, estabelecida pelo SUS, seja possível salvar a rede pública do sucateamento e conter a sangria sempre crescente de recursos do Estado para o setor.